

# Lições do Rio Grande do Sul para repensar o desenvolvimento

» SÉRGIO GUIMARÃES

Secretário executivo do GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental

As recentes catástrofes no Rio Grande do Sul nos lembram brutalmente das consequências da negligência ambiental e da falta de infraestrutura adequada no nosso país. Enquanto enfrentamos essa dolorosa realidade, outro drama, por enquanto mais silencioso, mas potencialmente tão devastador, se desenrola na Amazônia e no Cerrado: o desmatamento descontrolado que ameaça não só a biodiversidade local, a disponibilidade de água e as comunidades que delas dependem, mas também o equilíbrio climático global.

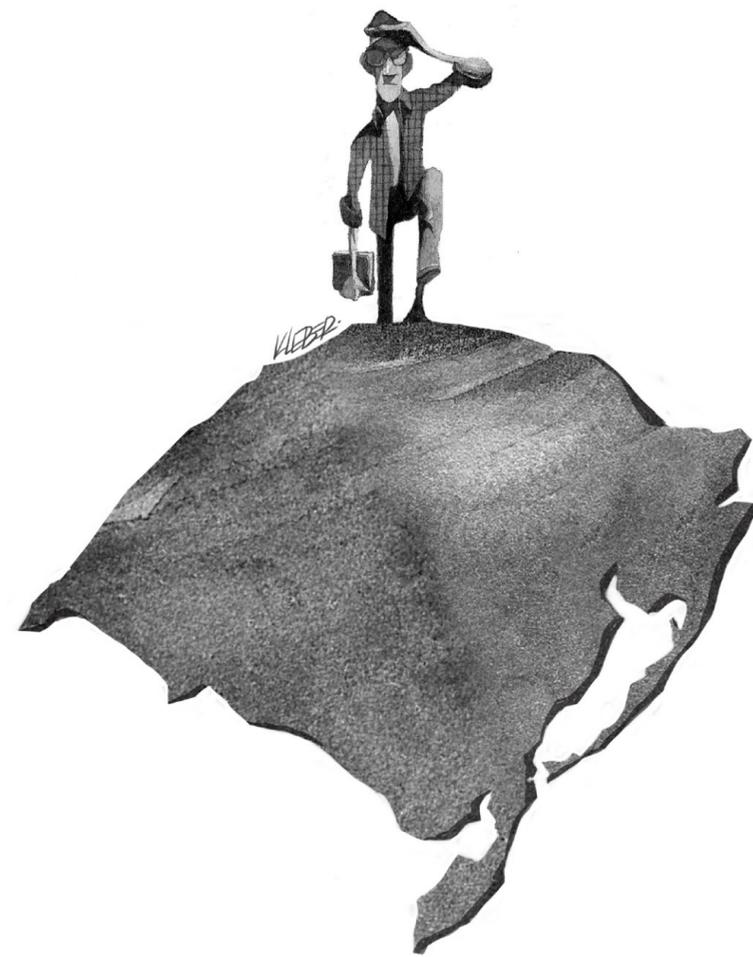
Há tempos os cientistas são unânimes em alertar que estamos nos aproximando do ponto de "não retorno", que, uma vez ultrapassado, desencadeará processos irreversíveis, comprometendo a capacidade de regeneração da floresta e intensificando eventos climáticos extremos por todo o Brasil — como secas severas e inundações devastadoras, como vimos recentemente no Rio Grande do Sul, tragédias que poderiam ser mitigadas com políticas públicas mais robustas e conscientes.

Grandes projetos de infraestrutura, rodovias e hidrelétricas, por exemplo, continuam entre os principais fatores que levam ao desmatamento. A história mostra que a BR-364, que impulsionou a ocupação de Rondônia, a BR-230, conhecida como Transamazônica, e a BR-163 se constituíram no fator decisivo do processo de devastação na região, especialmente pela crônica falta de governança mesmo quando havia medidas construídas coletivamente para evitar os impactos socioambientais, como o plano BR-163 Sustentável, que foi totalmente abandonado.

Da mesma forma, hidrelétricas como Tucuruí, no Rio Tocantins, Belo Monte, no Rio Xingu, Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, e quatro barragens construídas simultaneamente no Rio Teles Pires (afluente do Tapajós), além dos impactos diretos na floresta, na fauna aquática, no regime hídrico de grandes rios e nas comunidades ribeirinhas, contribuem para o desmatamento, as emissões de metano e outros gases de efeito estufa e para a ocupação desordenada da região, incentivando a migração para cidades que já padecem com o déficit de infraestrutura básica.

É preciso assumir que essas atividades não estão precedidas por estudos suficientes para uma tomada de decisão com base técnica — muitas vezes, são definidas a partir de interesses políticos e de setores econômicos diretamente envolvidos — e que aprofundam o processo de desmatamento na região. Exemplos mais recentes, como a Ferrogrão (um projeto de ferrovia de 933km<sup>2</sup> de extensão entre Sinop (MT) e Santarém (PA), hidrelétricas no Rio Madeira, hidrovias no Tocantins e a proposta de Corredores de Integração Sul-Americana, também têm sido sinônimo de devastação ambiental.

Também é necessário lembrar que o Brasil foi um dos países signatários da Declaração do Uso de Florestas e Terra dos Líderes de Glasgow da COP26, em 2021, que firma o compromisso total



com o reflorestamento e a preservação florestal até 2030. Na COP27, no Egito, o presidente Lula reafirmou o compromisso com o acordo internacional. No entanto, as promessas ainda estão distantes da realidade no território. Com isso, o desmatamento avança e os impactos socioambientais se agravam.

Diante desse cenário, é imperativo intensificar e diversificar as ações para proteger a Amazônia e o Cerrado. É essencial promover um diálogo constante entre o governo, organizações da sociedade, movimentos sociais e outros atores para criar políticas públicas eficazes e mecanismos de decisão transparentes e inclusivos. Uma estratégia de atuação efetiva deve ter em vista a proteção da floresta, dos sistemas hídricos e, ao mesmo tempo, respeitar as comunidades e beneficiar a economia regional e a vida no planeta em termos de biodiversidade e equilíbrio climático.

É necessário ainda que as decisões sejam precedidas de estudos robustos de riscos

socioambientais, viabilidade econômica e de análises de alternativas de custo-benefício social, ambiental e econômico. Alternativas que devem considerar prioritariamente as necessidades de fortalecimento de uma economia regional sustentável e as necessidades das pessoas, em especial dos grupos mais vulneráveis. Também urge uma comunicação simplificada e bem direcionada, que consiga chegar aos diversos segmentos da sociedade para que, assim, a população possa contribuir com o processo de tomada de decisão.

A tragédia no Rio Grande do Sul deve servir como um alerta para todo o Brasil: é hora de repensar nossos modelos de desenvolvimento e infraestrutura. Não podemos permitir que a busca por progresso econômico imediato continue a sacrificar o meio ambiente e a segurança das atuais e futuras gerações. Agir agora é fundamental para evitar que as cenas de destruição que chocaram o país se tornem cada vez mais comuns.

## Estratégias para eliminar pobreza energética: destinação específica

» CARLOS RAGAZZO  
Professor da FGV Direito Rio

Nas últimas décadas, o Brasil se tornou referência global de políticas públicas de combate à pobreza, principalmente em função do resultado do Programa Bolsa Família. Mas mesmo com o sucesso das transferências diretas de renda focalizadas, a pobreza é um fenômeno complexo, que, cada vez mais, depende de diferentes estratégias para eliminá-la. Exemplo disso se vê a partir de dados do IBGE que indicam que, em 2022, quase 35 milhões de brasileiros usavam combustíveis poluentes, como lenha ou carvão, para cozinhar, problema reconhecido internacionalmente como pobreza energética — situação em que a pessoa não consome energia suficiente para atender necessidades básicas ou não tem acesso confiável à energia, recorrendo ao uso de biomassa.

Fenômenos como a pobreza energética mostram que é importante discutir formas de ampliar a diversidade do sistema de apoio social brasileiro, complementando a transferência direta de renda com instrumentos que atendam melhor o objetivo de eliminar pobreza em suas diferentes formas, como, por exemplo, os benefícios com destinação específica de recursos. Esses programas sociais são desenhados para que o acesso ao auxílio só possa ser usado para o consumo de bens ou serviços predefinidos pela regulação e não são substitutos de programas macro de transferência de renda, como é o caso do já mencionado Bolsa Família.

Os programas sociais com destinação específica têm sido vistos como um complemento positivo às transferências diretas de renda quando o objetivo da política não é induzir o consumo ou a recomposição do poder de compra, mas a mudança de comportamento do beneficiário sobre uma necessidade básica. No caso da pobreza energética, o objetivo é induzir a população a substituir a cocção diária com lenha ou carvão por combustíveis que sejam menos poluentes.

A experiência internacional já segue por esse caminho. Segundo uma árvore de decisão desenvolvida pela Comissão Europeia para desenho de programas sociais e avaliações de programas destinados ao combate da insegurança alimentar em países como República Democrática do Congo, México e Sri Lanka, os benefícios de destinação específica devem ser utilizados quando existem problemas informacionais que inibem a capacidade de decisão de consumo dos beneficiários.

Esse é o caso justamente do combate à pobreza energética, cujo benefício com destinação específica representa um estímulo à mudança de hábito da população que hoje cozinha com lenha. Isso porque a pobreza energética não é um fenômeno associado apenas à falta de poder de compra, mas sobretudo a graves assimetrias de informação sobre o consumo de lenha, o que piora em momentos de crise, quando famílias com renda mais baixa priorizam despesas com alimentação e habitação e recorrem à lenha para cozinhar por acharem que é uma opção sem custos.

No entanto, apesar de não ter custos financeiros imediatos, a lenha tem os chamados "custos invisíveis": seus impactos na saúde, no meio-ambiente e no tempo disponível para estudo e trabalho em especial, prejudicando sobretudo mulheres e crianças em situação de pobreza. A aparente gratuidade frequentemente leva à percepção de que a lenha é uma opção mais econômica e que o dinheiro de uma transferência direta de renda, como o Bolsa Família ou mesmo o atual Auxílio Gás, pode ser usado com outras finalidades.

Estudo publicado pelo grupo indoor pollution, com professores da Puc-Rio e da UERJ, indicou que, na região interior do Piauí, a facilidade de acesso e a aparente ausência de custos emergem como fatores determinantes para a prevalência do uso da lenha como fonte de energia para determinadas camadas de renda. Mesmo com aproximadamente 80% das residências pesquisadas equipadas com fogões a gás, com uma capilaridade absolutamente abrangente em todas as regiões do país, o fogão a lenha é empregado nas refeições diárias devido à sua menor despesa operacional.

Levando em consideração tais características, não surpreende que a vigência tanto do Bolsa Família como de um Auxílio Gás nos moldes de transferência direta de renda não tem sido suficiente para reduzir de maneira significativa e sistemática a pobreza energética no país, ainda que tenha sucesso na redução da pobreza de forma mais ampla. O problema a ser resolvido, na verdade, tem características que demandam uma política de destinação específica, para eliminar os respectivos desdobramentos que impactam negativamente a vida das pessoas e o desenvolvimento do país.

Assim, há indícios de que a redução da pobreza energética por meio da substituição da lenha para cocção não acontecerá se o sistema de apoio social brasileiro permanecer centrado apenas em transferências diretas de renda, que foram construídas para atingir outro perfil de problema. É preciso ampliar o ecossistema de políticas públicas de combate à pobreza para que ele seja capaz de atingir outros perfis a partir de mecanismos complementares. No caso da pobreza energética, há fortes indícios de que tais mecanismos deveriam ser centrados em benefícios de destinação específica — ou seja, no desenvolvimento de um programa social cujo recebimento do benefício seja atrelado diretamente à substituição da lenha por um combustível menos poluente.

## Vietnã e Brasil celebram 35 anos de amizade

» BUI VAN NGHI

Embaixador do Vietnã no Brasil

O Vietnã e o Brasil celebram, neste mês, 35 anos de relações diplomáticas. Esse evento, da mais alta importância, coincide também com dois outros marcos comemorativos: o 70º aniversário da Vitória de Dien Bien Phu e o 134º aniversário do grande líder vietnamita Ho Chi Min.

A batalha de Dien Bien Phu constituiu uma vitória extraordinária do Vietnã contra os colonizadores franceses, tendo repercutido em todo o mundo por seu significado de restauração da paz na Indochina e por ter inspirado nações colonizadas na África a buscar a independência.

A vitória de Dien Bien Phu se deu em 7 de maio de 1954, há 70 anos. Na cultura vietnamita, 70 anos é uma marca simbólica, porque equivale a uma vida, o tempo para uma criança nascer e envelhecer. Existe o seguinte ditado em nosso país que remete aos tempos antigos: "thât thâp cô lai hy". A expressão significa "Pessoas com 70 anos são raras".

Por isso, passados 70 anos da batalha de Dien Bien Phu, talvez seja relevante observar que, do ponto de vista da história, mais importante do que falar em guerra seja celebrar a paz e a prosperidade na região. A campanha de Dien Bien Phu não foi a vitória na guerra, e, sim, o triunfo da aspiração pela paz e do amor pela vida.

Já o aniversário do grande líder vietnamita Ho Chi Min tem uma particularidade que

chama a atenção dos historiadores: quando tinha 22 anos, Ho Chi Min desembarcou no Rio de Janeiro em um navio mercante. Ele viveu seis meses na cidade brasileira. Ho Chi Min trabalhou nesse período e conviveu com trabalhadores e marinheiros do porto do Rio de Janeiro. Pode-se dizer que foi nesse período que começou a relação profunda entre o Vietnã e o Brasil.

Para entender a relevância da celebração dos 35 anos de relações Brasil-Vietnã, é preciso situar o contexto do início da amizade entre os dois países. Naquele 8 de maio de 1989, o Vietnã havia acabado de superar 30 anos de guerra contra invasores estrangeiros pela libertação nacional e conduzia uma política de abertura enquanto suportava o duro embargo comercial dos Estados Unidos.

Envolto em dificuldades, que fez o Vietnã? À beira do Mar do Leste, o Vietnã olhou para o Hemisfério Sul. E, aí, começou uma amizade calorosa com uma nação poderosa da América do Sul: a República Federativa do Brasil.

Nossa amizade é muito próxima e presente, apesar dos 20 mil quilômetros e 26 horas de voo que separam os dois países. Nossos governos respeitam as pessoas e honram os trabalhadores. Portanto, juntos, temos a esperança de construir o futuro.

O Brasil é a maior economia da região e principal parceiro comercial do Vietnã na América do Sul. Embora distante geograficamente, o Brasil está próximo do Vietnã no espírito. Todos

no Vietnã sabemos que o Brasil é uma superpotência no futebol, com quase 220 milhões de apaixonados. Também é o país do samba.

A maioria dos vietnamitas também sabe que o Brasil tem a maior floresta do mundo, o mais longo rio, o Amazonas, muitos portos e uma vida ativa, otimista e colorida. Nós, do Vietnã, sabemos que o Brasil é um "mundo atraente", parece uma enorme pintura de grafite, cujo tamanho não se pode medir.

Como embaixador, realizo viagens de negócios pelo Brasil em busca de oportunidades que possam aproximar ainda mais os dois países. Estive em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Nessas cidades, tive impressões fortes. No Rio de Janeiro, estive de 19 a 20 de março deste ano, onde pude visitar o lugar onde Ho Chi Min costumava viver e trabalhar. Visitei a Rua Joaquim Silva e a Praça Lapa, onde Ho Chi Min costumava trabalhar e observar a vida e a luta do dia a dia dos trabalhadores brasileiros.

Meu trabalho é contribuir para elevar as relações diplomáticas de meu país com o Brasil para um nível superior, envolvendo não só a política e a economia, mas todos os aspectos que possam ser dinamizados. Chamo a atenção para a troca cultural e a literatura entre os dois países, particularmente a literatura, que também devem ser valorizadas. Em resumo, esse é o nosso trabalho, que tem como objetivo principal fortalecer a maravilhosa amizade entre o Brasil e o Vietnã.